

INOVA

Working Paper
613

2017

NOVA
School
of Business
& Economics

Shaping
powerful
minds

Accredited by:



Member of:



Elogios e Memórias de economistas – e não só

Parte 2: antes da crise

Jorge Braga de Macedo

Elogios e Memórias de economistas – e não só

Parte 2: antes da crise

Jorge Braga de Macedo

*ACL; Académie Royale de Belgique; Center for International Governance Innovation;
CG&G; National Bureau of Economic Research*

Resumo

Apesar da sua diversidade, as dezoito personalidades evocadas, debaixo do mesmo título, nos *Working Papers* nº 612 and 613, influenciaram as actividades do Centro Globalização e Governança da Nova SBE (CG&G). Além disso, as perspetivas expressas são consistentes com a Carta à Rainha Lusófona, projeto da Academia das Ciências de Lisboa (ACL), relatado no *Working Paper* nº 611. Os textos, divididos pela crise de 2008, que motivou a Carta, são apresentados por ordem cronológica inversa. Os títulos originais dos já publicados, denotados por *, vêm reproduzidos em notas de rodapé, numeradas consecutivamente em cada uma das duas partes.

Após a introdução comum e o índice de nomes, os dez textos da parte 2 começam com o elogio ao anterior Presidente do NBER, rede de economistas americana para a qual fui convidado quando era professor auxiliar em Princeton. Lembro que Feldstein ficou célebre por alertar em 1992 para o perigo do Euro. Seguem-se memórias da fundadora dos focolares, parabéns a um padre jesuíta pelo seu 70º aniversário, evocações de outros economistas que me marcaram e o tributo a um empresário lusófono global que cruzou a minha vida há cinquenta anos. O último texto é o único que trata de alguém que não conheci pessoalmente e que inclui resumo próprio. Reproduz, em formato mais legível, o prefácio à tradução portuguesa do segundo volume das memórias de um embaixador japonês que morreu na sua terra natal em 1975.

Eulogies and Memories – mostly of economists

Part 2 before the crisis

Abstract

In spite of their diversity, the eighteen personalities evoked, under the same title, in *Working Papers* nº 612 and 613 influenced the activities of the Center for Globalization and Governance at Nova SBE (CG&G). Moreover, the perspectives expressed are consistent with the Letter to Queen Lusophonia project, described in *Working Paper* nº 611. The texts, divided by the 2008 crisis, which motivated the Letter, are listed in reverse chronological order across the two papers. Already published texts are starred and the original title is in footnotes, numbered consecutively throughout the paper.

After a common introduction and the list of names, the ten texts in part 2 begin with a tribute to the previous president of NBER, a US network of economists which I joined when I was assistant professor at Princeton. I recall Feldstein's gloom on the euro expressed in 1992, then honor the founder of the focolari movement, a Jesuit priest on his 70th birthday and other economists who influenced me, including Alfredo de Sousa, to whose memory I dedicated an essay to be published in a book with some of his unpublished essays on the Portuguese Economy. A global lusophone entrepreneur I met fifty years ago is also remembered. The last text, which includes its own abstract, introduces the Portuguese translation of memoirs of a Japanese ambassador who died in Kamakura in 1975, a crucial year in Portugal, and whom I never met.

Introdução

Os *Working Papers* nº 612 e 613 têm o mesmo título e divulgam trabalhos decorrentes de atividades do Centro Globalização e Governança da Nova SBE, numa perspetiva consistente com a da Carta à Rainha Lusófona publicada no *Working Paper* nº 611. Fundado em Abril de 1992, por acordo entre o Ministério das Finanças e a Universidade Nova de Lisboa, para estudar as reformas estruturais portuguesas, o Centro mudou de nome em Março de 2008 e estabeleceu logo com a Academia das Ciências de Lisboa e o Instituto de Investigação Científica Tropical (instituições para as quais entrei em 1997 e 1986 respetivamente) um protocolo visando promover a lusofonia global.

Apesar do predomínio económico, os dezoito textos, apresentados por ordem cronológica inversa, refletem a natureza interdisciplinar, e mesmo espiritual, julgada essencial para tornar perceptível em inglês a diversidade da lusofonia no espaço e no tempo. Onze são inéditos. Os títulos originais dos restantes, denotados por *, vêm reproduzidos em notas de rodapé, numeradas consecutivamente em cada um dos dois *Working Papers*.

São memórias a um conjunto diversificado de personalidades, sobretudo de economistas, divididas por conveniência em duas partes, antes e depois da crise de 2008, que tanto afetou a perceção da profissão. À sua maneira, aquelas personalidades contribuíram para modular a perspetiva lusófona global utilizada por último no *Working Paper* nº 611.

Dos oito textos da parte 1, sete são inéditos. Depois de lembrar um companheiro de muitas andanças que partiu subitamente, mesmo antes de iniciarmos outro projeto, reproduzo elogios a três confrades da Academia de Ciências de Lisboa, o primeiro dos quais em inglês, coisa rara e nunca vista. Seguem-se memórias inéditas de outros dois, sem anexos eruditos que se podem consultar na minha página pessoal. Em *Nova Cidadania*, nº 54, Outono-Inverno 2014, pp. 51-56 e *Working Paper* # 577-2013 desta série, evoquei os dois anteriores decanos da seção de economia, Manuel Jacinto Nunes (1926-2014) e António Manuel Pinto Barbosa (1917-2006), respetivamente como “cidadão economista” e “economista e governante”.

A parte 1 termina com duas homenagens a chefes, o militar em Abril de 1974 e o orientador principal da minha tese de doutoramento - que se tornou também um grande colecionador de arte. De notar que três dos economistas referidos se doutorou no MIT nos anos 1970 e nasceram em países da Zona Euro.

Os dez textos da parte 2 começam com o elogio ao anterior Presidente do NBER, rede de economistas americana à qual pertenço desde que me doutorei em 1979, que ficou célebre por alertar em 1992 para o perigo do Euro. Seguem-se memórias de cinco economistas profissionais e da fundadora dos focolares, parabéns a um padre jesuíta pelo seu 70º aniversário e o tributo a um empresário lusófono global que cruzou a minha vida há cinquenta anos.

O último texto é o único que trata de alguém que não conheci pessoalmente e que inclui resumo próprio. Reproduz, em formato mais legível, o prefácio à tradução portuguesa do segundo volume das memórias de um embaixador japonês que morreu na sua terra natal em 1975.

Foi nesse ano que, na sala dos passos perdidos, Alfredo de Sousa me desafiou para o que viria a ser a grande aventura da Nova Economia, que partilhei com Miguel Beleza, seu discípulo dileto que evoco no primeiro texto. Evoquei o mestre enquanto “economista constituinte” no vigésimo aniversário da sua morte, num texto anexo a *Alfredo de Sousa Evolução Recente da Economia Portuguesa 1945-1985 Estudos inéditos*, no prelo.

Índice

1.	The Bureau’s contribution to international economic research: a tribute to Martin Feldstein	4
2.	Chiara Lubich (1920-2008), Alegria Chiara	10
3.	Nuno Burguete (1932-2006)*	11
4.	William Branson (1938-2006)*	13
5.	John Kenneth Galbraith (1908-2006)*	17
6.	James Tobin (1918-2002), In memory of the economist and <i>honnête home</i>	19
7.	Alfredo de Sousa (1931-94)*	22
8.	Carlos Diaz-Alejandro (1937-85)*	24
9.	Carlos Mantero (1895-1980), Evocação do Homem de acção global	25
10.	Morito Morishima (1896-1975)*	26

Parte 1

Miguel Beleza (1950-2017), Modelo português da Nova Economia
Olivier Blanchard, an introduction ten years after, 8 de Maio de 2017

José Luís Cardoso, Pensador (e gestor) de economistas, Resposta
 28 de Maio de 2015

Paulo de Pitta e Cunha, Economista sem quartel, Resposta 24 de
 Novembro de 2014

**José da Silva Lopes (1932-2015), Em memória do confrade
 relutante**

**Jean-Pierre Contzen (1935-2015), Sábio global, militante europeu,
 combatente belga, nosso confrade**

Gabriel Espirito Santo (1935-2014)*

Pentti Kouri (1949-2009), Economista colecionador

The Bureau's contribution to international economic research: a tribute to Martin Feldstein¹

This personal tribute expresses gratitude for the days spent around 1050 Mass. Ave, a fixture of my professional life on either side of the Atlantic.

During the last thirty years, the NBER *brought people together* and *encouraged empirical research* (Feldstein 2008). In numbers, Summer Institute attendance reached fourteen hundred economists from around the world and there are about two million annual downloads of *Working Papers*, of which there are now over fourteen thousand. In addition, the Bureau launched projects on important issues of international economic policy, without sliding into advocacy. The International Seminar on Macroeconomics, the Inter American Seminar on Economics and the East Asian Seminar of Economics spread habits of comparative research and policy analysis as well as international professional standards for economists. Specific projects on China, Japan, Africa or Europe complement regular seminars on geographical areas. Through Marty's leadership, a Bureau for international economic research emerged².

Suffice it to say that the Bureau inspired the Centre for Economic Policy Research, a very successful attempt at bringing European economists together³. Actually, I first heard about the plan of Richard Portes while visiting the late Bill Branson, program director for International Studies, at the house they shared off Linnaean Street, a few blocks from the vacated Harvard dorm where Summer Institute offices were located in the early 1980s.

As I am writing this in Cambridge, I have with me this year's gift (and the 2007 umbrella) but mouse, mat, cap, mugs, bags and other gifts of yesterday can be found at home, along with cryptically annotated Summer Institute papers⁴. The great tradition of a clambake evening notwithstanding, the group dinner was once served at the Museum of Fine Arts in Boston, a unique cultural feat!

The role of a catalyst for international economic research is probably recognized inside and outside the NBER family so I focus on two incidental aspects: Marty's distrust of European monetary integration and his reluctance in promoting economic research on

¹ Thanks to Jim Poterba for inviting me to write this tribute and regrets for not making it on 24 July.

² *One of the NBER's great strengths is its ability to bring a whole range of economic researchers to bear on important questions as they emerge* (Clement 2008)

³ In his *attempt to reflect ...on the opportunities and pitfalls of moving from economics as a scientific field to economic policy making*, Wyplosz (1999) states unambiguously (note 5): *The CEPR is a network which operates like the NBER*. Portes (1997, p. 59) concludes that *society on balance benefits (italics in the text) from professional groupings and from the standards and criteria that they impose. This is the fundamental objection to and defense against abuse by users. But we must use wisely and responsibly the privilege of being recognized as a profession.*

⁴ Let me take this opportunity to renew the plea for a continuation of the NBER diaries, which were threatened with extinction a few years ago.

Africa. I picked these points together not because of some manifest destiny linking the two areas but because they illustrate my perspective on the Bureau's President. The distrust is not contradicted by a practical belief in cooperation among the core democratic industrialized areas of the world – which we share as members of the Trilateral Commission. Indeed, I prefer his criticism of the DGII report of 1990 to indifference about EMU. That being said, the reference to *the future peace and stability of Europe* in Feldstein (1992) troubled my job as chairman of the ECOFIN when trying to pick up the pieces from the Danish “no” to the Maastricht treaty. A reconstructed exchange at the margin of a council meeting in Brussels follows:

Q: “Your American friends regret EMU!”

A: “Well at least he cares!”.

The reluctance appeared to be shared by the family⁵. Yet, it did not prevent a project “Economic Research on African Development Successes” from being organized by Sebastian Edwards and David Weil. The background conference was held on the day Jim Poterba's appointment was announced, so that both Presidents were very positive about the new venture, underwritten by the Gates Foundation.

Let me then blend other recollections of Marty, extending across the Boston-Washington corridor, with Africa before looking back at Maastricht and all that.

This year memories were in the air: before interpreting the current state of the national economy at the Monetary Economics meeting, run by David and Christine Romer, Larry Summers recalled that thirty years ago Marty was his teacher and Jim his student!⁶ I became a faculty research fellow two years later and spent a whole two weeks at various Harvard locations, when everyone fitted in the 1050 seminar room. I moved back to the old country at the beginning of the Sonesta epoch and tried making the various International Finance and Macro program meetings, where the small group atmosphere of the early days remains largely the same after all these years. Listening to the papers, and especially their discussion, became a fixture of my professional, not just academic, life because of the positive interaction between the research presented at Bureau meetings and the implications for steering policy and research agendas⁷.

⁵ Notwithstanding three case studies, two in Edwards and Liaquat (1986) plus Branson and Macedo (1989).

⁶ In fact this was the time we met at the Brookings Panel with Pentti Kouri, my thesis adviser: Feldstein and Summers (1978) is followed by Kouri and Macedo (1978). One of Pentti's insights was that the oil crises transferred wealth between countries with different asset preferences and savings propensities. This process has received renewed attention in Blanchard, Giavazzi and Sa (2005). By the way, this *Brookings Paper* came out as NBER *Working Paper No. 11137*, unlike the previous two: in the meantime, Marty's view of the Bureau as *neutral ground* had gained currency beyond universities.

⁷ Two jobs where the Atlantic dimension helped were in Brussels at DGII (now Directorate General ECFIN, where I participated in the *One Market, One Money* report led by Michael

The comparative advantage is clear: *If I as a professor at Harvard—forgetting the Bureau—were to call up economists in six other departments and say, “How would you like to work on my study?” They would say, “I don’t understand; I’m a professor at Yale (or Princeton or Chicago).” It would be like the Harvard football team calling some guy from Yale and saying, “How would you like to play for us?” Nobody thinks that about the Bureau. It’s perfectly natural to participate in an NBER study. It’s a neutral ground on which people can come together and do research* (Clement 2006). With reference to Stan Fischer’s presentation on Israel at the Monetary Economics meeting, Marty adds: *Paul Samuelson was here today, which is really quite unusual, and I was sitting next to him in the meeting room next door. After everybody had gone around the room and introduced themselves, he said, “This must be what Copenhagen was like in the 1920s when Niels Bohr was bringing physicists together from around the world.” I really thought that was a nice sentiment.* In that connection, he emphasizes: *we’re a very decentralized organization, so there are these separate programs and program directors.*

This seems to be the spirit of the regular events on Europe, Latin America and East Asia, and it is also behind the project seeking to *identify and analyze success stories in African economic development, build a larger cadre of economists with an interest in African development, and develop research resources on Africa (particularly accessibility to data)*. This ambition of bringing economics to bear on social change I harbored already in 1976, when I interacted at the Banco de Portugal with MIT economists led by the late Rudi Dornbusch⁸.

In the plenary meeting of the Trilateral Commission last Spring in Washington, Marty chaired a panel on “the global financial crisis: averting risks to the system amidst global shifts in economic power”, featuring David Rubenstein, Naoki Tanaka and Andrew Crockett and other perspectives of businessmen, policymakers and academics from the North American, Asia Pacific and European regions. His gloomy assessment of the state of the national economy incorporated the expectation that monetary, fiscal and financial responses would not be adequate, underlining the conditional nature of economic forecasts and the slippery slope of policy advice. This is a lesson that can surely be applied to the European Union, where multi-level governance is so complex it discourages reform design, let alone its implementation. The complexity goes

Emerson in the late 1980s) and in Paris at the OECD Development Centre (where Bill Branson contributed to a 2001 study I co edited titled *Don’t Fix don’t float*).

⁸ Aside from presentations at Bureau events, I remember vividly when Paul Krugman was commuting from Boston to Washington while at the Council of Economic Advisers with Marty because his visits to New Haven and Princeton made my wife and I feel in tune with the Boswash corridor. Thirty years after, Paul and I were asked to speak about economic advice: Krugman (2008) is a remembrance of his first assignments but also a foretaste of his latest book.

beyond the EU treaties from Maastricht to Lisbon, permeates the policy process and discourages reform.

In Feldstein (1992), *those countries that are not part of the monetary union would be political outsiders*. He then concludes with a veiled reference to war that still influences the official commentary: *The consequences of this for the future peace and stability of Europe, while difficult to contemplate with any certainty, may well be unfavourable*. Feldstein (1997) comes back to the issue and writes: *the one-size-fits-all monetary policy is seen as not working either for the countries that have weak demand and ought to have a more stimulative policy or, on the other hand, for those that are discovering they're becoming less competitive because their domestic prices are rising and they can't adjust monetary policy*. And he reiterates that monetary union essentially implies fiscal union: *If the Italians run a large fiscal deficit, it's effectively a European fiscal deficit. It's not a specifically Italian one* as again in Feldstein and Feldstein (1998) and his 2005 *Working Paper*.

As mentioned, the economic issues were addressed in numerous Bureau publications, not least by the program director of International Finance and Macroeconomics, e.g. Frankel and Rose (1998), Frankel (2008). They are also prominent in recent reports from the European Commission. Summarizing, Noord et al (2008) recall that there was a lively academic and political debate on the viability or desirability of a monetary union for Europe and add: *many tended towards a pessimistic view and this may have adversely affected perceptions of the euro area's performance in its early years*. According to the report, fiscal and monetary policies supported each other, *aside from a spell of pro-cyclical fiscal policies during the dotcom boom*. At the same time, the single currency did not accelerate the pace of structural reform, so that productivity growth below the US and the UK economies *reflects a backlog in structural reform in a number of Member States*. There has been less progress than expected in the cross-border integration of services (an area in which price rigidities persist) and the integration of financial markets has been more visible in wholesale than in retail markets. The disappointing perception of the euro's success by the public is nevertheless attributed to factors such as food and energy price rises, even though the complex governance of the eurozone deprives its fifteen members of the advantages of flexible integration⁹.

⁹ EMU was discussed while having lunch last week with Anna Schwartz, and she seemed as skeptical as Marty, even though I suggested that the “euro holdup” I detected in my own country showed not an inherent governance flaw but rather the limits of external pressure, which Alesina and Tavares (2003) correctly ascribe to *the quest of small countries in European integration*. While I believe Anna (and Marty) tend to neglect small countries, the argument in the text about flexible integration has greater scope and builds on a CEPR report, Dewatripont et al (1995).

This in turn may lower the political incentives for reform in all 27 nations among which the Lisbon agenda of making the European economy the most competitive knowledge economy in 2010 stands out as a striking example of reform inertia.

The multi-level governance of the Lisbon agenda, also called growth and jobs, interacted perversely with an attempt at bringing together several departments, from research to social affairs, from energy to environment, under the coordination of the general secretariat of the European Commission. The role of the economics and finance department has been minor and the department of financial services has been largely absent from the process, in spite of the importance of European capital markets. It will therefore be difficult for the macrofinancial stability framework called for by the recent report of the Bank of International Settlements to receive a coordinated response from both sides of the Atlantic, which dominate international finance, while East Asia (defined as ASEAN, China, Korea and Japan) has become the hub of trade flows¹⁰.

Without such a macrofinancial stability framework, the current crises are less likely to be managed cooperatively and more likely to elicit defensive or exploitative responses in major economies, with negative spillovers for smaller players and the emerging international system. I hope the Bureau continues to bring people together and to encourage empirical research: the case for international economic research is even more compelling than during Marty's long watch.

References

Alesina, Alberto and Jose Tavares (2003), "Commitment and Voice: the quest of small countries in European integration", Fátima Monteiro, José Tavares, Miguel Glatzer and Ângelo Cardoso (editors) *Portugal: Strategic Options in a European Context*, Landham, Md: Lexington Books,

Blanchard, Olivier, Francesco Giavazzi and Filipa Sa (2005), "The U.S. Current Account and the Dollar", *Brookings Papers on Economic Activity*, January

Branson, William and Jorge Braga de Macedo (1989), "Smugglers' Blues at the Central Bank: Lessons from Sudan, Guillermo Calvo, Ronald Findlay, Pentti Kouri and Jorge Braga de Macedo (editors), *Debt, Stabilization and Development, Essays in Memory of Carlos Diaz Alejandro*, Oxford: Basil Blackwell

¹⁰ In the Kouri model, changes in the exchange rate are scaled by trade elasticities and by the ratio of trade to foreign assets and liabilities, evaluated at the long run equilibrium rate. Philip Lane collected numbers for 2004 on bilateral foreign asset holdings and liabilities which were used in a BRUEGEL report presented by Jean Pisani-Ferry to the 8th ASEM finance meeting in Korea. In my discussion I reported a ratio of foreign trade to finance (excluding intra-regional transactions) of 10% in North America, 14% in Europe and 30% in East Asia. Moreover, to the extent that the current crises exacerbate the significance of international wealth transfers, the remaining fourth of world GDP accounted for by the rest of the world cannot be ignored, even in the short run.

Clement, Douglas (2006) "Interview with Martin S. Feldstein", *The Region, Banking and Policy Issues Magazine*, Federal Reserve Bank of Minneapolis, September

Clement, Douglas (2008) "Interview with James Poterba" *The Region, Banking and Policy Issues Magazine* Federal Reserve Bank of Minneapolis, June

Dewatripont, Mathias, Francesco Giavazzi, Jürgen von Hagen, Ian Harden, Torsten Persson, Gérard Roland, André Sapir and Guido Tabellini (1995), *Flexible Integration: Towards a More Effective and Democratic Europe*, Monitoring European Integration No. 6, London: CEPR

Edwards, Sebastian and Liaquat Ahamed, editors (1986), *Economic Adjustment and Exchange Rates in Developing Countries*, Chicago: University of Chicago Press

Feldstein, Martin (1992), "The case against EMU", *The Economist*, June 13

Feldstein, Martin (1997), "EMU and International Conflict", *Foreign Affairs*, November/December

Feldstein, Martin (2005), "The Euro and the Stability Pact", *NBER Working Paper 11249*, March

Feldstein, Martin (2008), "Stepping Down as NBER President", *NBER Reporter OnLine*, # 3

Feldstein, Martin and Kathleen Feldstein (1998) "The Euro and Price Stability", *The Boston Globe*, December 15

Feldstein, Martin and Lawrence Summers (1978), "Inflation, Tax Rules and the Long-Term Interest Rate," *Brookings Papers on Economic Activity*, January

Frankel, Jeffrey (2008), "The estimated effects of the euro on trade: Why are they below historical I might have recommended a CEPR report on Economic Conference, Croatian National Bank, July

Frankel, Jeffrey and Andrew Rose (1998), "The Endogeneity of Optimum Currency Area Criteria", *The Economic Journal*, July

Kouri, Pentti and Jorge Braga de Macedo (1978), "Exchange Rates and the International Adjustment Process", *Brookings Papers on Economic Activity*, January

Krugman, Paul (2008), "Outside advice then and now", Francesco Franco (editor) *Challenges Ahead for the Portuguese Economy*, Lisbon: ICS

Noord, Paul van der, Alessandro Turrini and Michael Theil (2008), "EMU@10 – assessment, challenges ahead, policies and governance", *European Economy Research Letter* issue 2 (summary of *EMU@10 –Successes and challenges after 10 years of Economic and Monetary Union*)

Portes, Richard (1997), "Users and Abusers of Economics", Peter van Bergeijk et al (editors), *Economic Science and Practice: The Roles of Academic Economists and Policy-makers*, Edward Elgar

Wyplosz, Charles (1999), "The Culture of Economic Policy Advice: An International Comparison with Special Emphasis on Europe", Ernst Mohr (editor), *The Transfer of Economic Knowledge*, Edward Elgar.

Chiara Alegria¹¹

Do meu encontro ficou a recordação do olhar forte e manso, que me lembrou o de minha avó Branca. Mas a alegria constante que irradiava era a de minha mãe, também Branca. Falo nisto porque, na longínqua madrugada de 6 de Novembro de 1981, ao velar minha mãe na cripta da Estrela, creio ter ouvido - pela primeira vez em muitos anos - a voz da Igreja. Essa voz, que se veio aproximando, levou-me a Rimini em 22 de Junho de 2002, falar num congresso *em prol da unidade dos povos* acerca do Centro de Desenvolvimento da OCDE, a que então presidia.

Num pavilhão gigantesco e repleto de apoiantes entusiastas de Chiara, ouvi uma representante do secretário-geral das Nações Unidas, que falou em inglês, com tradução simultânea tão alta que tornava o original inaudível. Eu tinha preparado o meu texto em inglês mas o ambiente era tal que comecei dizendo: “Chiara a tua presença inspira-me a falar na tua língua materna”. E assim tratei da “unidade e diversidade”, da “esperança no desenvolvimento”, e das “parcerias público-privadas”. Ainda hoje não sei como consegui passar a mensagem, mas o seu olhar enquanto me escutava dizia que sim. Ainda assim, quando regresssei à plateia, perguntei ao bispo que estava sentado a meu lado se achava que tinham percebido o que eu queria dizer. Respondeu: “acho que sim porque as pessoas dão mais atenção a quem se está a esforçar por falar uma língua estrangeira. Por isso percebem melhor!” Confesso que não tinha pensado nisso mas a conversa que tive com Chiara essa tarde no *Grand Hotel* encorajou-me a prosseguir na tentativa de, enquanto economista, combinar proximidade, interdependência e unidade.

A *proximidade* torna a “pressão dos pares” um reflexo de cidadania que legitima o tributo para financiar os serviços públicos. Como, ao alargar o número de “pares”, se perde integração social e cultural, este princípio tomista de bom governo implica a *interdependência*, termo com origem na economia que Chiara alargou à filosofia política, com o “terceiro sector”. As parcerias público-privadas para o bem comum propostas na declaração de Monterrey sobre financiamento do desenvolvimento podem ser reflexo desta interdependência, que abre perspectivas inovadoras na promoção do desenvolvimento sustentável. Quanto à espiritualidade da *unidade* (ou globalização inclusiva), é um futuro melhor para cada homem: “*Omnia vincit Amor*”.

Chiara transmitiu a sua alegria não só a mim mas a todo *um povo nascido do Evangelho*, para usar o título do magnífico livro de Enzo Maria Fondi e Michele Zanzuchi onde se lê, com referência a 1963: “Antecipando a globalização do final do milénio, o Movimento apresentava-se já como um sujeito social e eclesial naturalmente internacional, multicultural, multiétnico e multirracial” (p. 104 da tradução portuguesa de 2004).

¹¹ Testemunho escrito a pedido do Dr. Filipe Coelho a quem devo mais oportunidades de partilha sobre a “lareira que não se apaga mais”. A despeito de não termos conseguido trazer Chiara Lubich (1920-2008) a Portugal em 2003, como chegou a estar previsto, a tentativa permitiu-me beneficiar da extraordinária hospitalidade dos Focolares, em Lisboa e na Abrigada.

Nuno Burguete (1932-2006)¹²

No mar da sua palavra, confluem três correntes que nos levarão para casa do Pai. A primeira corrente, a paciência, corre sem se ver. A segunda, corrente de um rio sempre a ir, é o saber, e à terceira, talvez a mais poderosa, chamo humildade. Diversas embora, estas três correntes confluem na palavra aquática, sempre renovada, do padre Burguete. A renovação permanente das três correntes vai aprofundando a autenticidade do testemunho que, com tantos outros, tenho recebido na capela da Casa de Retiro Santo Inácio no alto da Praia Grande, dito Rodízio.

Durante décadas, meu pai preveniu-me contra o "pecado do orgulho" e minha mãe contra a impaciência. Enquanto o seu filho aprendia, toleraram manifestações daquele e desta. Já pai de família, encontrei no Rodízio humildade, saber e paciência. Como na canção das missas de Sábado adoramos o Senhor "que acalma o mar", a palavra do padre Burguete apela à docilidade perante a vontade de Deus.

Foram três as circunstâncias que levaram ao nosso encontro. Primeiro, o potencial paciente da prima Maria Rosa, amiga de infância de uma sua irmã. Depois, à margem de um almoço do *American Club*, o testemunho recebido de quem já sabia. A terceira, e decisiva, circunstância foi ter sentido a humildade com que o próprio oficiou na vigília por morte da sua madrinha.

Estas circunstâncias criaram uma confiança tal que o caminho de alguns anos parece ter durado toda a vida. E toda a vida não é demais para reflectir na liberdade dos filhos de Deus, sustentada naquelas três correntes. A paciência sustenta a liberdade porque, integrando o pão nosso de cada dia no ciclo vital das sucessivas gerações, aponta para liberdades futuras. Como sem conhecimento não há escolha, também o saber sustenta a liberdade. A humildade, tornando a escolha dócil à vontade de Deus, sustenta a liberdade dos Seus filhos.

Docilidade/liberdade, corrente/calma, força/fraqueza são outros tantos paradoxos que a sua palavra ultrapassa. No princípio do ano, a nossa vizinha e amiga Luz disse-me que se ia falar sobre exame de consciência nos encontros do primeiro Sábado de cada mês. Passámos um dia inesquecível no Rodízio, que começou em conversa com os padres Burguete e Alberto Brito e se prolongou à noite numa reflexão entre famílias amigas sobre a liberdade dos filhos. Quando a conversa lhes foi contada, os filhos ouviram a mensagem de Jesus Cristo e todos compreendemos a liberdade pessoal do exame de consciência.

¹² Entre tantos amigos e familiares, convidaram-me para contribuir um texto para o livro do 70º aniversário do Padre Burguete a 22 de Setembro de 2002, intitulado *Para o Nuno*. O livro foi lançado no Rodízio, Praia Grande. Como estava em New York nesse dia, a minha prima Maria Rosa amiga de uma irmã dele, assistiu e trouxe-me uma cópia a 27 de Outubro. Lá estava o meu texto, com o título "Liberdade dos filhos", a páginas 40-41 mas infelizmente truncada. Fomos ambos à missa de corpo presente na Igreja do colégio São João de Brito, em 7 de Setembro de 2006.

Ora, reconhecendo que o fundamento da liberdade de escolha vai para além do postulado pela racionalidade económica, julgo que a economia - entendida no sentido etimológico de "arrumar a casa" - pode transformar-se num apelo à esperança e ao desenvolvimento dos povos. Para comemorar os oitocentos anos da *Manifestis probatum* na Academia das Ciências de Lisboa, já meu pai dissera: "os portugueses, entre outras características de persistência e trabalho, sempre tiveram a capacidade, que a bula papal reconheceu, de usar a independência política em defesa do bem comum."

E a *Centesimus Annus* deu à doutrina social da Igreja uma "dimensão prática e em certo sentido experimental" da qual retirei implicações de política. Se o bom governo respeita liberdades futuras e pertenças presentes, defende o bem comum. Radicada na consciência de que só os filhos são livres, a mudança institucional promove o bem comum - nacional, europeu e universal (*Globalization: Ethical and Institutional Concerns*, Academia Pontifícia das Ciências Sociais, 2001).

Assim a paciência, saber e humildade que confluem na palavra do padre Burguete nos levem, livres, para casa do Pai!

Praia das Mações, 6 de Agosto de 2002

William Branson (1938-2006)¹³

Em pouco mais de uma semana, prestei duas homenagens à memória de Bill Branson, colega distinto, amigo querido e homem bom, falecido em Princeton em 15 de Agosto passado. A primeira foi na Igreja de Colares a 8 de Setembro, e a segunda na capela da Universidade de Princeton, nos dois lados do Oceano que ele tanto amou.

Autor de contribuições decisivas na teoria cambial, conhecido de milhares de alunos em todo o mundo pelo seu cristalino manual de macroeconomia, Branson soube ser excelente na investigação e excelente no ensino. Foi o que, cada qual a seu modo, disseram os colegas e antigos alunos escolhidos pelos filhos para evocar a sua memória, com a música que ele gostava de ouvir: *Eagles, Band, Beach Boys*.

Nascido e criado na parte ocidental de Chicago (como recordou o seu irmão Michael), gostava desta costa ocidental da Europa que lhe devia recordar o seu tempo na Academia Naval e na Universidade de Berkeley, onde estudou a seguir. Depois do meu regresso dos EUA, visitou várias vezes a Faculdade de Economia da UNL e lá publicou trabalhos, o último dos quais em 1997. Por isso dediquei à sua memória um *Working Paper* recente sobre a competitividade portuguesa na economia global, que comecei por apresentar nas Semanas Sociais de Braga. Na esteira da abordagem de meu pai à história da política externa portuguesa, interpreto "diferencialidade" como "competitividade plus".

Na verdade, o papel da política externa em credibilizar a política interna é uma constante da nossa história, tal como da de outros pequenos países. Com a globalização que apouca países (quase) todo-poderosos perante Portugal, como a França ou a Inglaterra, fica reforçado esse papel. A diferencialidade ainda é mais determinante com a vizinha Espanha, ponta de lança da nossa dualidade Europa/Atlântico.

Na década de 1970, Branson manteve um contacto estreito com a Faculdade de Economia da Universidade de Estocolmo. Ouvi-o muitas vezes citar uma expressão superlativa naqueles meios: alguém ser "mundialmente famoso na Suécia". Era como, numa interacção feliz, ser conhecido cá dentro e lá fora, presume-se que pelas mesmas razões. A "competitividade plus", dissecada naquele trabalho em sua memória, permite esta ilustração singela: conseguimos pensar em pessoas mundialmente famosas, e em pessoas famosas em Portugal. Quem será mundialmente famoso nesta costa ocidental da Europa?

O humor sóbrio do Bill era norteadado pela vontade constante de divulgar a teoria económica. Para tal nunca desistiu de simplificar mais e mais, sem perder o rigor analítico, a que gostava de chamar honestidade intelectual. Juntas confluíam na generosidade, que continuará a inspirar todos os que conheceram o Oceano Branson.

¹³ Publicado no *Diário de Notícias*, 25 de Setembro 2006 com o título "Oceano Branson". Os dois textos reproduzidos a seguir, ambos inéditos, referem-se à missa de corpo presente na capela da Universidade de Princeton e à celebração em sua memória na igreja de Colares.

At a memorial service for William H. Branson, Princeton University Chapel, September 16, 2006

Bill was a fine colleague, a trusted friend and a good man.

I saw him for the last time at Penn Hospital on July 15 and I wanted so much to believe that he would recover that I did not acknowledge how extreme his physical weakness had become.

He was determined to continue fighting and I was right there rooting for him.

I had brought two old photographs from a conference at Bellagio signed by several of his colleagues, including Peter Kenen and Paul Krugman. This was an idea of Jeff Frankel's, his successor at running the international finance and macro program at the NBER. Jeff wrote a "We remember" on our behalf.

Bill smiled warmly looking at the pictures, and again when I told him I would be back in Princeton mid-September to see him. I was hoping to ask him then to contribute a short piece in memory of my father.

I now realize he was fighting on, but that he was also prepared to die. And I honor his courage and his discretion.

We interacted a lot during my Princeton days but our friendship kept growing after I left, twenty years ago. Bill came regularly to Portugal, where he loved our house 'dominating the Atlantic' as I like to say to suggest the overwhelming presence of the Ocean.

With due respect to the Mediterranean, and indeed to any other sea, Bill was an Ocean man – at least since his Navy days and his time in the Bay area.

Building on a solid friendship with my wife Luiza, Bill helped her sister Rita pursue graduate study in computer science at GWU. She became an academic and married a Greek-born MIT professor now retired in Portugal.

Bill became part of the extended family, my father, my mother in law. At many dinner parties, Bill would share with her and numerous cousins and friends his experiences, his taste for art and some of our professional adventures around the world, especially in Africa.

I still remember when he discovered Fernando Pessoa, our celebrated poet, and bought a painting about him.

The following prayer reminds me of Bill:

Lord, since pain is ours
And the weakness that it has,
Give us at least the strength
Not to show it to anyone.

In the original:

Senhor já que a dor é nossa

E a fraqueza que ela tem,
 Dá-nos ao menos a força
 De a não mostrar a ninguém.

After I learned about his death through the NBER and my compatriot Ricardo Reis, and after Kris and Emily gave me the details of his final month, Luiza, Rita and I decided to have a memorial for Bill at Colares, a church near the Ocean, on the day my mother in law would have turned 76 (and a few days before the 14th anniversary of her death). I drafted an obituary, sent it to Gundel Bradford, whose help was decisive for my July trip to Philadelphia, and to Bill's son and daughters, then posted it on my website (with the official one in annex) and informed my colleagues at Nova about the memorial service in Colares.

Several of them came or sent condolences and on Friday, September 8 I evoked at a church on the West Coast of Europe a fine colleague, a trusted friend and a good man.

Here in the chapel of the university where he served for so many years, you have ample evidence of his excellence in teaching and in research and those present and many others remember his personal qualities as well.

Remembrances come from unexpected places and I close with the latest example, three weeks ago in Annecy, France.

At a conference on Africa, I was placed next to an OECD economist hired at the time Bill was doing a consultancy at the Development Centre in 2001. Next to her was a retired US ambassador who runs an African studies center at the Pentagon. We spoke about Bill's premature death and all of a sudden the diplomat smiled and said: "But I took a course from him – and from you! – as a mid career at the Woodrow Wilson School!" And from this workshop on exchange rates in developing countries he remembered vividly a session when we covered the blackboard with equations – not to be done lightly at WWS, at least in those days – testing on the students ideas which became a paper later on.

And he proceeded to tell me a part that I had forgotten: that at the next session Bill had said with his inimitable soft tone: we made a mistake last time, there is a simpler way and he went on to derive the result with a lot fewer equations.

That's what he did for all of his students, colleagues and friends, relentlessly pursuing a simpler way to get things right. That's a good man.

Thank you.

In memory of Bill Branson

William H. Branson was born on February 14, 1938 in Springfield, Illinois and died in Princeton, New Jersey on August 15, 2006. He obtained a B. S. from the U.S. Naval Academy, Annapolis, Maryland in 1959, an M.A. from the University of California, Berkeley, in 1964 and a Ph. D. in Economics from the Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, Massachusetts in 1967. He joined the economics faculty at Princeton University in 1966 and was since 2002 professor emeritus there. The obituary posted August 18 on the Princeton web site is reproduced below. His children have also an email address at WHBransonMemorial@hotmail.com that they can use to receive questions or suggestions concerning memorial plans.

He was the first Director of Research in International Studies at the National Bureau of Economic Research, 1978-92. His bibliography there includes 122 papers, the last two of which were NBER Working Papers 11517 and 11713, titled "Regime-switching Behavior of the Term Structure of Forward Markets," (with Elena Tchernykh), and "Monetary and Exchange Rate Policy Coordination in ASEAN+1," (with Conor N. Healy), respectively.

Bill visited the Faculty of Economics at Nova several times since 1984 when he began working on a World Bank report *Portugal's Entry into the European Communities: Challenges and Opportunities*. Some of his work in development and transition economics appeared in the *Nova Economics Working Paper* series in the 1990s and he was well known to the Nova faculty.

Louka Katseli, one of his numerous former students (who also gave an early SATPEG seminar at Nova), wrote the following in a letter to colleagues at the OECD, where Bill worked on several occasions at the Economics Department and the Development Centre: "Bill was much more than a brilliant economist with pioneering contributions on exchange rate determination and policy and a keen sense for putting theory into the service of policy-making. He inspired and I dare say shaped the thinking of all of his students by his relentless pursuit of analytical reasoning and thorough empirical testing, openness to new ideas and impressive ability to explain, simplify and communicate difficult concepts and make them appear easy".

Bill is survived by four children: Kristin, William, Emily and Katya, and a baby granddaughter, Margaret. Bill's ashes will be buried in Arlington National Cemetery and a memorial service is planned at Princeton University.

There will be a service in memory of Bill Branson at the Colares church on September 8 at 7 pm. This is the parish of Apple Beach where Bill and his many Portuguese friends spent happy times together and it is the birthday of our late mother and mother in law (one of his admirers). From Lisbon CRIL or CREL beltway take IC19 to Sintra then EN 247 to Colares, turn left after bridge up a steep hill to the churchyard: Igreja de Colares

Maria Luiza de Macedo luísa.macedo@acad-ciencias.pt

Rita Almeida Ribeiro rar@uninova.pt

Jorge Braga de Macedo jbmacedo@fe.unl.pt

John Kenneth Galbraith (1908-2006)¹⁴

Com mais de dois metros de altura, John Kenneth Galbraith, que morreu no Sábado passado aos 97 anos, gostava que lhe chamassem o economista mais alto do mundo. Crítico do mercado e crente na globalização - de que se considerava fruto por ter nascido na Canadá rural - era pai de James Kenneth Galbraith, economista com quem partilha mais que as iniciais. Através do chamado *University of Texas Inequality Project* (UTIP), Jamie tem usado os métodos econométricos que a profissão exige para ampliar o contributo de Ken.

Contributo decisivo, por várias razões. Economista comprometido do ponto de vista político, sempre foi um crítico do sistema capitalista, olhando para defeitos concretos, particularmente as crises financeiras. O seu trabalho sobre a crise de 1929 continua a ser um clássico. Portanto, tem um lado comprometido e tem um lado interdisciplinar. Assim olhou nos anos 60 para aspetos de técnica contabilista relativos à balança de pagamentos americana – um problema que voltou agora à baila com a chamada “matéria negra”.

Além de cativar o leitor, Ken era um homem de ideias e de valores. Defendia o intervencionismo do Estado para a resolução de problemas sociais, e aí nós tínhamos diferenças capitais. Mas estas diferenças provocavam debates muito interessantes. Por exemplo, ele achava que os impostos tinham de ser altos (quase diria tão altos como ele) e eu dizia-lhe que se fossem assim tão altos as pessoas deixavam de pagar. Pois, está bem, dizia ele, que não paguem. Como de vez em quando umas são apanhadas, as outras vivem com medo, e é saudável que os ricos tenham medo! Não partilho desta visão, mas reconheço que para Ken a intervenção não era um fim em si mesmo. Ele desprezava o sistema soviético, queria que o capitalismo desse mais igualdade e mais oportunidade através do que chamou *countervailing power* (poder compensador?). Numa viagem que fizemos ao Vermont disse-me que era o conceito que mais se orgulhava de ter descoberto. Foi também o que mais críticas recebeu á esquerda e à direita, como indica a monumental biografia de Richard Parker, publicada em 2005.

Quando ia a Cambridge, tentava sempre visitar Ken e sua mulher Kitty, e ultimamente falávamos muito de uma área que o interessou no início da sua carreira, sobretudo quando foi Embaixador na Índia: o desenvolvimento económico. Aí está um caso em que a intervenção do Estado tem de ter objetivos concretos e não pode ser, como às vezes se pensa na ideologia, porque alguém tem de fazer alguma coisa, sem que importe o resultado. É que neste caso o *countervailing power* bloqueia ainda mais a mudança do que nos EUA. O que, acrescentaria com humor, não é dizer pouco!

O contributo de Ken foi recordado em Paris no ano passado e muitos dos amigos e admiradores ali reunidos (além da Kitty, do Jamie e do biógrafo) acharam que lhe faltou o Nobel da Economia. Para mim é óbvio que a influência que Galbraith teve no pensamento económico e na atitude das pessoas perante a economia é material Nobel, mas como o prémio foi instituído à semelhança das ciências naturais,

¹⁴ *Expresso*, 4 de Maio de 2006 com o título “O economista mais alto”.

figuras como JKG ficam numa situação ambígua: a sua influência na profissão é menor do que a sua influência na sociedade.

De qualquer maneira, além de ter sido o economista mais alto do mundo, foi dos mais altos entre nós. O seu trabalho mais conhecido, “Sociedade da Abundância”, foi traduzido para português muito cedo pelo Eng. Henrique de Barros, agrônomo tal como Ken começara por ser antes de abraçar a economia. E, mais de cinquenta anos depois, em “A economia da fraude inocente”, volta ao termo “sabedoria convencional” com vários exemplos de proposições tidas por verdadeiras mas que já se tornaram mitos. Quem nos saberá lembrar como Ken o conservadorismo da sabedoria convencional, económica ou outra?

James Tobin (1918-2002)¹⁵

On 11 March 2002, James Tobin — Yale professor, Nobel laureate and adviser to John F. Kennedy — died in New Haven, Connecticut at the age of eighty-four. The remembrances that friends, colleagues and family offered during the memorial service on 27 April brought Jim back to Battell Chapel and to Hillhouse Avenue, both as the scientist who built the Yale school of economics and as the man of integrity. I am grateful to the editors of the *European Journal on the History of Economic Thought* for this opportunity to remember my Yale master, to whose memory I dedicated a keynote address at the annual conference of the European Society for the History of Economic Thought (ESHET) held in Rethymnon (Crete) on 14-17 March.

At ESHET 2002, I claimed that comparing development experiences reinforces "peer pressure" procedures for institutional change. Building on the responses of Nobel laureates about the most significant works on economics in the twentieth century, published in this *Journal* (Editorial 2001), I also stressed the relevance to development thinking of theories of economic growth and expectations – to both of which Tobin contributed.

Tobin's interest in the long run was theoretical rather than historical. It led him to a model which, quoting his autobiography, "differs from the other growth literature by explicitly introducing monetary government debt as a store of value, a vehicle of saving alternative to real capital, and by generating a business cycle that interrupted the growth process". On the other hand, his theory of the allocation of savings among different financial assets ("don't put all your eggs in one basket", as he liked to say) shows an early awareness of the role of expectations.

Tobin advised the President of the United States on international macroeconomics at a time when the success of the Marshall plan led to the creation of the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) to promote appropriate trade and macroeconomic policies among its members. Development theory and policy were born with the United Nations and the Bretton Woods institutions but the most successful case of development assistance continues to be the Marshall plan. Unfortunately, outside the OECD, the role of "peer pressure" in bringing about appropriate economic and social policies has not been duly recognized.

In fact, the realization that good governance is at least as important as development assistance is one of the great achievements of the "Monterrey consensus", so named in reference to the declaration approved at the UN conference on Financing for Development, held in Monterrey, Mexico in March 2002, the contents of which were influenced by the International Monetary Fund, the World Bank and the World Trade Organization (together with business associations and civil society). And the potential effect of appropriate policies remains immense: in 1950, over 78% of world population

¹⁵ Escrito enquanto dirigia o Centro de Desenvolvimento da OCDE em Paris, a convite de um editor do *European Journal for the History of Economic Thought* com o título "In memory of James Tobin, economist and *honnête homme*" que depois entendeu não publicar, talvez por não estar persuadido de que o mestre de Yale se interessava pelo desenvolvimento....

lived in countries with a gross domestic product per capita which was 19% that of the OECD; in 2001, the figures were 85% and 15%.

From the perspective of development thinking, then, Tobin's understanding of international issues is as relevant as his domestic social concerns. I believe Jim's commitment to the common good reflected both because – as he showed during World War II - the service of mankind was concrete for him. In his remembrance, Nobel laureate Robert Solow evoked Tobin's dedication to international issues when they were together at the Council of Economic Advisers. After the service, I learned from Richard Cooper that, early in his career, Tobin spent some time at the UN Economic Commission for Europe. Willem Buiter added that Tobin was a visiting professor in Kenya . And his autobiography mentions that, after returning from the council in September 1962, he remained active as a consultant on the issues that had concerned him as a member.

Equally relevant for international development, the autobiography continues: "Kennedy and Johnson added the war on poverty to their agenda. Walter Heller and the council were very much involved. I became quite interested in the economic disadvantages of blacks and in the inadequacies, inefficiencies, and perverse incentives — penalties for work and marriage — of federal and state welfare programs (...). Nothing in our view of the functioning of capitalist democracies says either that prosperity requires hard-hearted welfare policies and small governments or that it requires redistribution in favor of workers and the poor". National institutions serving the common good and international peer pressure help make these choices between equity and efficiency legitimate among OECD countries, even though market and government failures have to be reckoned with.

During the development process, a combination of technology and social institutions explains why some countries prosper while others lag behind. In the contribution to ESHET 2002 mentioned above, I argue that the more patient and adaptive nations take more advantage of technology and may thus avoid being prisoners of history or geography. The reason is that, when the rate of discount is less than the strength of increasing returns relative to the speed of adjustment, an expectations-(rather than history-) driven equilibrium exists.

Back in 1972, Tobin proposed that governments levy a small tax on foreign exchange transactions, as a way to discourage destabilizing speculation. He thought of this tax as a way to help promote free trade, by assuring countries that they could open their markets without exposing themselves to disruptive movements of "hot money" (in the same vein, Tobin was the intellectual force behind the Kennedy tax cut, which is nowadays usually praised by conservatives). On 13 March, at the 7th Annual Strategic Lectures of the Institute of Strategic and International Relations in Paris, I shared a panel on "International security, democratic governance and economic development" with Dominique Plihon, a leader of Attac, the French group dedicated to implement the "Tobin tax". In discussing the Zedillo report (chaired by another product of the Yale school who became President of Mexico) and the ensuing "Monterrey consensus", I mentioned that Tobin had died and referred to him as economist and *honnête homme*.

I was glad to see that my feelings were echoed. The concrete commitment to international understanding and the common good that Tobin provided in his day are a more essential part of the "Monterrey consensus" on international development than the tax that misuses his name .

At the memorial service, everyone shared a sense of gratitude for Jim's "faith in the power of ideas" and for the modesty he had learned from his Harvard teacher Alvin Hansen, as William Brainard said in his remembrance. John Kenneth Galbraith, a colleague and admirer of Alvin Hansen, remembers Tobin as a "quiet and penetrating economist" whose interest ranged well beyond economics, even though he remained modest about it. Galbraith thought that Tobin was as concerned as he about the poor in India, but that Jim and his wife Betty shared a preoccupation on domestic poverty, and had been less inclined to travel. Once again, Jim's concern was with concrete problems: finding enough inequality to worry about at home, he never became an "internationalist". The preoccupation with problem solving was visible in the distinguished military service evoked by his brother Roger. It was also typical of his devotion to academic life. Carl Kaysen, a friend from Harvard and Washington, remembers him as "brave and generous" and told me a story that illustrates Tobin's character. Even before it was time to return to Yale, Kingman Brewster, who was then the provost, agreed to the administration's request to extend Tobin's leave of absence. But Tobin declined Kennedy's offer to stay on, saying he had made a promise which he felt he should keep.

Cambridge, Massachusetts 21 July, 2002

Alfredo de Sousa (1931-94)¹⁶

Dezanove anos de convivência profissional com Alfredo de Sousa, a cuja memória dedico estas linhas, convencem-me que o radicalismo da sua intervenção pública coabitava pacificamente com uma fé inabalável na virtude pedagógica da análise económica convencional. Para mim, o pioneiro do ensino da nova economia em Portugal revela-se semelhante a um economista radical americano. Pode parecer um paradoxo, mas não é. Tal como os economistas *mainstream*, e ao contrário dos marxistas europeus, os radicais americanos dominavam as técnicas da análise económica convencional.

Devo a Alfredo de Sousa o meu primeiro emprego em Portugal após o 25 de Abril. Saneado da Faculdade de Direito de Lisboa enquanto estava mobilizado em Angola, tinha terminado o serviço militar (por casualidade, entregara o espólio em Caçadores 5 Quartel onde Alfredo de Sousa conseguiu depois instalar a Faculdade de Economia da Nova). No Outono quente de 1975, eu tinha promessas de emprego no Brasil, onde já trabalhava minha mulher. Alfredo de Sousa, então deputado, soube desta intenção migratória e chamou-me ao Parlamento, onde começou por me invectivar. «Então você quer ir-se embora, homem!» Depois fez-me uma oferta que eu não podia recusar: a regência das cadeiras de Economia Internacional e Integração Económica na Universidade Católica Portuguesa. «Há-de voltar à América para acabar o doutoramento. Depois vem ensinar cá o que aprendeu! Entendido!», arrematou, profético.

Alfredo de Sousa separava com nitidez cartesiana a teoria e a prática. Ele queria uma educação teórica rigorosa e, na Sorbonne, investigou a função consumo. Na prática, entendeu o papel dos empresários na coesão nacional, e patrocinou o ensino da gestão em moldes americanos, contra as modas da *gauche caviar*.

Mas, e nisso reside a sua originalidade, sempre foi radicalmente avesso à burocracia. Ao ponto de ver na administração pública o inimigo a abater. Mesmo quando ensinava a teoria da política económica, foi o desprezo da prática política e administrativa que deu impacto público às suas polémicas económicas. Ao desprezar as condicionantes da governação em democracia de mercado, podia verberar qualquer desvio relativamente à solução a que chegaria um ditador benevolente. Em nome das empresas, em nome da prosperidade, em nome da nação!

No início de 1992, convidei-o para almoçar no Terreiro do Paço. Foi entre a assinatura do acordo social e a aprovação do primeiro orçamento da legislatura. Orçamento que, segundo os Constâncios convencionais, iria trazer estagflação a Portugal, ou seja, maior inflação com crescimento nulo ou negativo. No modelo de Sousa, as

¹⁶ *Diário de Notícias*, Estrelas e Quinas, 23 de Novembro de 1994, com o título “Sousa Radical” e o lide: “Escapa à análise económica convencional como é que um modelo que indique o óptimo da economia sem o suporte de eleições livres é depois usado para demonstrar o eleitoralismo do Governo. Não escapou à pluma panfletária de Alfredo de Sousa, o economista radical português, a quem todos os economistas tanto devem”.

perspectivas da economia internacional eram ainda animadoras. Não criticou as hipóteses macroeconómicas subjacentes ao Programa de Convergência Q2. Só lhes acrescentou, com ar displicente, uma qualificação: despedir metade da função pública! Atónito, ainda lhe lembrei que não estávamos no Chile. A resposta foi radical: «Isso é um problema político, resolvam-no vocês!»

As críticas de Alfredo de Sousa à política do Governo eram peças de grande impacto político precisamente porque sugeriam que seria possível uma política sem prática, só com a teoria. Mais, sugeriam que a única prática relevante era a obsessão dos políticos em ficar no poder e em ganhar eleições.

Alfredo de Sousa julgava que os políticos eleitos tinham partidarizado a administração pública, tornando-a ainda mais ineficaz, injusta e irresponsável do que já era no tempo em que não havia eleições. Um presidente, um procurador-geral, um governador do banco central e uns tantos reitores bastariam para interpretar as grandes orientações de política económica oriundas de Bruxelas. Sem ministros e sem aparelhos político-partidários à procura de eleições, as empresas portuguesas conseguiriam internacionalizar-se e criar mais riqueza. A sociedade civil portuguesa afirmaria então a sua criatividade no contexto europeu, lusófono e mundial.

Escapa à análise económica convencional como é que um modelo que indique o óptimo da economia sem o suporte de eleições livres é depois usado para demonstrar o eleitoralismo do Governo. Não escapou à pluma panfletária de Alfredo de Sousa, o economista radical português a quem todos os economistas convencionais portugueses tanto devem.

A Nova deve-lhe ainda as próprias raízes: um imponente edifício da Faculdade de Economia, *campus* como haverá poucos no meio das grandes cidades da Europa e do mundo.

Dado o seu apego à terra portuguesa, que melhor tributo poderia dar-nos do que um assento territorial para a investigação e o ensino da análise económica convencional?

Carlos Diaz Alejandro¹⁷

Morreu no passado dia 17 de Julho Carlos F. Diaz-Alejandro, expoente máximo da latinidade nos irrespiráveis píncares da análise económica. De 1964 a 1983, encarnou, para dezenas de estudantes de língua espanhola e portuguesa, o elemento humano na austera Universidade de Yale.

Morreu aos 47 anos, professor em Columbia com ofertas de Harvard e Princeton. O mercado académico rendera-se à aliança da análise e da história económicas. apresentada com uma elegância proverbial. Rigor e graça, «tanto maior quanto mais sábia a ideia e vice-versa, como se diria na impossivelmente emocional missa por sua alma. Há uns anos, contando «Histórias dos anos trinta para os anos oitenta» aos membros da Sociedade Econométrica reunidos no Rio de Janeiro, apresentar-se-ia como uma carocha no meio de borboletas. Nem aos sábios taciturnos escapou a dura ironia do vice-versa.

De ascendência galega (como Fidel). nascido e criado em Havana. licenciou-se em Miami (Ohio) e doutorou-se no MIT. Em a época áurea do prestigioso Instituto da Nova Inglaterra: o talentoso graduado preferiu os dez mil Lagos do Minnesota à Havana Vermelha.

Depois de vinte e cinco anos de ensino e investigação nas melhores universidades americanas, a convite do governo regressou à terra natal uns dias.

Visita que os cubanos viciados de Miami (Florida)

Não esqueceram. Usaram-na para, sem sucesso, tentar impedir a sua nomeação para a Comissão Presidencial das Caraíbas, conhecida por Comissão Kissinger.

Deixou fama de moderado. resultante da sua paixão por encontrar o centro donde observasse discretamente os dois exércitos em luta.

Manejando com mestria a análise económica, aplicava-a minuciosamente, à realidade corrente ou histórica da América Latina, especialmente do seu querido Cone Sul. Cabe telegrafar algumas das suas ideias pioneiras. Ilustrou-se na análise da desvalorização cambial (mais exportações, menos bifes), dos planos de estabilização do FMI (tablita sim, mas credível), das reformas financeiras (quem tem medo da estrutura bancária?) e da crise da dívida (há Brasis no Kansas!).

Carlos não conhecia o nosso triste estado, dizia dos portugueses que eram poucos mas bons. E aceitou quye mão amigatraduzisse para a revista Economia da Universidade Católica um ensaio “Libertados ou desgarrados? A ruptura do Sul com o Norte” onde se dissecam as teses dependentistas que tanto excitavam a intelectualidade periférica da altura. Desgarrados entre a pompa teórica e o empiriocriticismo serôdio, os economistas portugueses é que precisam de se libertar, seguindo este exemplo galáico-cubano. Que viva Carlos!

¹⁷ *Semanário A Mão Invisível* 7 de Setembro de 1985 com o título “Que viva Carlos!” e o lide “Desgarrados entre a pompa teórica e o empiriocriticismo serôdio, os economistas portugueses é que precisam de se libertar. Que este galáico-cubano lhes sirva de exemplo póstumo”.

Evocação de Carlos Mantero: Homem de acção global¹⁸

Dizem-nos para pensar globalmente e agir localmente. Carlos Mantero, homem de acção global, ensinou-me a pensar em locais sucessivos, quando não simultâneos. Darei exemplos mas começo por enquadrar a minha evocação transitiva.

O neto falou do avô, eu falarei do neto que conheci através do avô no final dos anos 60 naquilo que só consigo descrever como “double wammy”: dois choques de sentido inverso que nos permitem ficar no mesmo lugar - mas diferentes em consequência de cada um deles.

Primeiro choque: ficámos amigos até hoje. Segundo choque: o avô ajudou-me a decidir partir para os EUA estudar economia dois meses depois de me licenciar em direito em Lisboa. Aceite em Columbia, preferi Yale porque tinha gostado demais de Manhattan em 1969. Em Yale descobri África antes de ter sido mobilizado para Angola em 1974: quando lá cheguei já lá tinha estado. No triângulo atlântico permaneci e trabalhei com fascínio pela Ásia-Pacífico igual ao de Carlos Mantero.

Como exemplos de locais sucessivos que perduram até hoje, recordo as conversas no Hotel Ritz sobre o padrão-ouro com ou sem o seu amigo Philip Courtney autor de “Economic Munich”. Assim me coloquei na senda de Robert Triffin, o belga que se tornou a “cassandra do padrão dolar” e com um cubano e um finlandês marcou a minha carreira académica nos EUA. Recordo Irving Fisher cuja casa no Vermont, vizinha da de Ken Galbraith, viria a conhecer através do filho que conhecera em Yale. Irving Fisher de que o meu avô tanto gostava e inspirou o título da homenagem de 2009 a meu pai “Nove ensaios na tradição de Jorge Borges de Macedo”.

Deixo o desafio de o neto promover a publicação de “Ensaio na tradição de Francisco Mantero”, onde incluisse textos do filho.

Recordo a biblioteca a dominar a baía de Cascais, recordo o combate permanente entre a certeza e a novidade. Como usava o comando do detalhe para melhor obedecer à paisagem, o combate fundia-se com a negociação.

Voltei a ver Carlos Mantero no início dos anos 80 em casa dos pais de João Teixeira da Mota - que nos havia apresentado. Estava a estudar em Genebra! Qual o “extraordinário estrangeiro” do pequeno poema em prosa de Baudelaire, o avô Mantero amava “les nuages qui passent...là-bas...là-bas...les merveilleux nuages!”

Praia das Maçãs, 3 de Julho de 2012

¹⁸ Homenagem no encerramento do VI Congresso do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa com Francisco Mantero, Associação Comercial de Lisboa.

Morito Morishima (1896-1975)¹⁹

Resumo

Depois de um primeiro volume dedicado às experiências na Manchúria e na China, surgem as referentes a sete anos de serviço em países ocidentais. Embora a palavra sabre já não figure no título, continua a ser fulcral na interpretação da narrativa do pacifista irónico que foi o autor. O silêncio decorre do sabre mas também resulta de afinidades culturais entre japoneses e portugueses, que sugerem certa simpatia do autor, a qual está claramente afastada no caso dos vizinhos espanhóis. Daí poder aproximar-se o predomínio militar da era Showa com o período revolucionário português, felizmente bem mais curto. Também se discutem as potencialidades da lusofonia global, tendo em conta que o Japão se tornou observador na CPLP.

Abstract

The paper provides an interpretation of the memoirs of the Japanese ambassador to Portugal during World War II, taking into account the first volume which has not been translated from Japanese but has been widely quoted. The author is described as an ironic pacifist who liked his Portuguese posting. The translation includes another introduction focusing on the invasion of East Timor, reinforcing the sense that the diplomat was able to find win-win solutions in a war environment. Some parallels seem to exist between the foreign policies of the two countries, even going back to the first globalization. They derive essentially of the need to balance actions by the military and the diplomats, which did not seem to occur in Japan but was also lacking in the aftermath of the April 25th Revolution in Portugal. The importance of non verbal communication is also emphasized as it justifies the lonesomeness existing in both cultures.

Nos vários postos diplomáticos a oriente e a ocidente que ocupou ao longo de 37 anos, Morito Morishima (1896-1975) esteve sujeito à “prerrogativa imperial do comando

¹⁹ Versão revista do escrito introdutório de *Pearl Harbor, Lisboa, Tóquio* Memórias de um diplomata, 2º volume, Tradução de Yuko Kase, Lisboa: Ad Litteram, 2017 (170 pp), intitulado “Sabre, silêncio e saudades” (pp. 9-17). Seguindo insistentes sugestões de leitores, passei as 18 notas de fim para rodapé e partes destas para o texto, de modo a facilitar a leitura corrida, além de ter aumentado o tamanho da letra. Agradeço o apoio que recebi de outros amigos e familiares, nomeadamente o meu padrinho de casamento que facultou um manuscrito inédito de seu irmão que cito adiante no texto, irmã Branca, filho Jorge e nora Fumiko, que me forneceu elementos sobre os seus avós maternos, mencionados na nota 18 abaixo. Quanto a prefaciá-la esta tradução, resulta de encontros casuais com Takagawa-san no Grémio Literário, onde também conheci a tradutora, o editor e sua filha Joana, vencedora do primeiro concurso do discurso em japonês realizado em Portugal, confirmando o (intraduzível) provérbio francês “le hasard fait bien les choses”. De resto, senti sabre, silêncio e saudades juntar-se quando conheci Takagawa-san porque, em finais de Julho de 2015, o Instituto de Investigação Científica Tropical, que dirigira durante quase doze anos, passou para a Universidade de Lisboa. Lembro-me que ele contemplava o retrato de Alexandre Herculano, o que me chamou a atenção e não lhe escapou, pelo que os nossos olhares se cruzaram. Intuindo que era nipónico, cumprimentei-o em inglês e disse qualquer coisa sobre a figura marcante da historiografia portuguesa, fundador do Grémio e presidente da Academia das Ciências de Lisboa. Ele respondeu no seu excelente português que tinha estudado em Coimbra e sabia quem era o historiador! Combinámos voltar a ver-nos, o que aconteceu pouco depois no excelente Aron Sushi, bem perto da Faculdade de Economia onde o convidei a falar sobre BRICS e G20...

supremo” - dita do sabre. Demite-se do Ministério de Negócios Estrangeiros à partida de Lisboa mas só quebra o silêncio em plena Guerra Fria, publicando as suas memórias e vindo a cumprir três mandatos de deputado - além de secretário internacional do Partido Socialista²⁰. Entusiasta da era Meiji, considera neste segundo volume (citado adiante como PHLT) que as “carências que se fazem sentir na diplomacia japonesa” são largamente resultantes do sabre, pelo que sugere uma política externa do futuro inspirada pelo pacifismo sueco e pela boa vizinhança com a América Central e do Sul usada por Roosevelt em 1933. Defende a chamada Doutrina de Monroe mas insurge-se contra a sua adaptação nipónica para legitimar a “Esfera de Co-prosperidade da Grande Ásia Oriental”. Lembre-se que o militarismo cresceu na curta era Taisho (1912-26), durante a qual o Japão aderiu à Sociedade das Nações donde sairia em 1933, já na era Sowa²¹.

Esclareça-se também que o sabre (*gunto*) simboliza o império militar vigente durante as eras Meiji e Sowa. A expressão “prerrogativa imperial do comando supremo” usada acima é atribuída ao Embaixador Nomura que negociou a renovação do acordo com os EUA em nome do Ministro dos Negócios Estrangeiros Matsuoka, a quem o autor chama de “ciclone” no título da seção 6. Relata que Shigeyoshi Obata, tradutor exímio destacado em Washington, “conhecido pelo seu carácter impulsivo”, vem a New York contar como se zangou com Nomura, que considera “demasiado medroso. Aconselhei-o que se não avisasse de maneira mais franca e insistente o governo japonês acerca da necessidade de retirar as tropas da China, não haverá acordo nestas negociações. O senhor embaixador respondeu-me que eu não devo conhecer a prerrogativa imperial do comando supremo”. E explica “esta postura de Nomura explica-se pelo seu passado militar e pela sua fidelidade ao *Tosuiken* (o comando supremo do imperador), o que o impedia de ditar ordens a superiores hierárquicos”²².

Embora apreensivo com as tensões entre membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas quando vem a lume esta tradução parcial, não curei de saber se este pacifista irónico e tranquilo espiou para e/ou contra algum “império” (nipónico, português, soviético, chinês, americano, russo).

²⁰ Morreu a 17 de fevereiro de 1975, um dia depois de ter feito 79 anos e foi enterrado em Kousoku-ji, Kamakura, perto de onde nascera. A informação sobre o autor disponível em <https://ja.wikipedia.org/wiki/森島守人> é mais compreensível na tradução inglesa do que na portuguesa.

²¹ PHLT, p. 158. Ver George Blakeslee, “The Japanese Monroe Doctrine”, *Foreign Affairs*, Julho 1933, Vol. 11 Issue 4, p. 671 e, em adaptação chinesa, John Mearsheimer, *The tragedy of great power politics*, New York: W.W. Norton, 2001, p. 142. A “Esfera de Prosperidade” é referida em PHLT, p. 56, 161, 166. Quanto ao sabre, chama-lhe também “maneira imperial”, PHLT, p. 164 e nota seguinte.

²² Richard Fuller e Ron Gregory, *Military Swords of Japan 1868-1945*, Londres, 1986. PHLT, pp. 70-72.

Acho que gostou de nós! Ao descrever a chegada ao novo posto, evoca a comunidade de Nagasaki, salientando que a proximidade cultural luso-nipónica foi além do comércio e da religião, porque assentou nas pessoas: “Como resultado dos intercâmbios proporcionados por este fluxo humano, ainda hoje mantemos uma herança linguística bem vívida ao utilizarmos palavras de origem portuguesa, que são mais de 3000, na língua japonesa”. E continua: “Desde a eclosão da guerra na Europa, o papel de Lisboa como uma ‘Janela para o mundo Ocidental e os EUA’ adquiriu muito mais importância e foi amplamente destacado tanto no contexto político internacional como sob o ponto de vista dos serviços de informações”. Em 9 de Janeiro de 1946, no cais do adeus, comove-se com as despedidas do Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Embaixadas americana e britânica, “realmente excepcionais...atendendo à situação de derrota, e a quem foi ordenado que se retirasse do país”²³.

Mais tarde, quando passavam quase 475 anos sobre a chegada dos *namban-jin*, Jorge Borges de Macedo (1921-96) datou de 1514 a primeira referência portuguesa ao Japão e afirmou duas certezas: “era impossível conquistá-lo ou dominá-lo” e “fomos sempre uma presença de paz: para além da diferença de culturas e até de sensibilidades, certo é que mostramos bem que os homens se podem encontrar e comungar da mesma humanidade, se o espírito for de solidariedade e de respeito mútuo. Mesmo no insucesso o mostrámos.”²⁴ Na mesma viagem comemorativa dos 450 anos, Alberto Vaz da Silva (1936-2015) evoca um jantar oferecido pelo consul-honorário de Portugal em Osaka, cujo avô tinha sido “um dos sete escolhidos pelo imperador Meiji para visitar o ocidente quando o Japão abriu portas” e desabafa: “Foi com este velho senhor que ao falar de tudo no fundo era do avô que falava que percebi o que significa descender das divindades, ter-se a mesma realidade imperecível. Mudo, à sua frente, aprendi japonês.”²⁵

Ostentando embora mais geografia e cultura, o segundo volume decorre do primeiro, que transporta *Conspiração, Assassinato, Sabre* da Manchúria (1931) e China (1937) a

²³ PHLT, p. 152 e p. 91 respetivamente. Ainda menciona a pertença à NATO em 1949, ano anterior ao da publicação das suas memórias. António Augusto de Sampaio e Mello Barreto refere a sua entrega de credenciais em “Perfis de Chefes de Missão acreditados em Lisboa durante a II Guerra Mundial”, tese de mestrado no ISCTE-IUL, Outubro 2013, p. 40, mencionando na nota 141 que para o MNE português “parece ser mais difícil e duvidoso” do que o seu predecessor. Quanto à presença americana nas despedidas (loc. Cit no início desta nota), Barreto destaca Henry Norweb que apresenta credenciais em finais de 1943 (p. 37 *in fine*, e não 1942 como se indica no topo da mesma).

²⁴ “Da Descoberta à redescoberta”, in *Japão 1543-1993 Diário de Viagem* preciosa edição em português, inglês e japonês do Centro Nacional de Cultura com aguarelas de Graça Morais, pp. 10-14. Encontrei informação adicional sobre o Padre Diego Yuuki citado *ibid.*, em Inês Carvalho Matos, *Património do Cristianismo no Japão*, Coimbra, 2015, p. 32 nota 5. De acordo com o diário de Alberto Vaz da Silva *ibid.*, p. 21, esta designação, que significa “bárbaros do sul”, veio a aplicar-se a todos os ocidentais.

²⁵ “Diário de Viagem”, cit. p. 23.

Washington e Macau, cidades para este efeito tributárias de Pearl Harbor e Lisboa. Apesar do silêncio inicial, ou talvez por causa dele, todos estes eventos foram objeto de investigações detalhadas, quase sempre acessíveis a quem não leia japonês. Na noite de 18 de Setembro de 1931, Morishima questiona a orientação do coronel Itagaki e logo o major Hanaya desembainha o sabre dizendo “ninguém se mete com o comando supremo!”. Acredito que o primeiro volume também aborde a prisão em Zhengding em 9 de outubro de 1937 de um bispo e oito padres europeus, que depois foram queimados vivos, porque documentos oficiais de 13 de fevereiro de 1938 armazenados nos Arquivos diplomáticos de Nantes referem que “Morito Morishima, da embaixada do Japão em Pequim, informou Francis Lacoste, da Embaixada da França em Pequim, acerca dos resultados da investigação que o governo japonês fez, explicando medidas detalhadas e concretas que o exército japonês levou para proteger os missionários. Assim, o crime foi cometido por bandidos chineses e não por soldados japoneses”²⁶

Quanto à declaração de guerra aos Estados Unidos, percebe-se o desconforto do cônsul em New York. Morishima aprova que Roosevelt tenha adoptado uma política semelhante à que seguira para a Espanha quando a França se rendeu à Alemanha. “Após a rendição francesa, a Grã-Bretanha apoiou o movimento liderado por Charles de Gaulle, que fugiu para Londres, não reconheceu o governo de Vichy e atacou a força naval francesa em Dakar, no Norte (sic) de África. Pelo contrário, Roosevelt nomeou o contra-almirante William Leahy como embaixador junto do governo de Vichy e deu-lhe instruções para estabelecer relações amistosas com o marechal Pétain”. Pelo contrário, entende que Truman provocou, “sem necessidade, um endurecimento da posição soviética, dividiu o mundo em dois blocos e deixou-o sob a ameaça de uma terceira guerra mundial”²⁷. É neste contexto que surge o terceiro caso, que pode ter perdido atualidade depois de visitas conjuntas dos líderes das duas nações a Hiroshima e Pearl Harbor, esta última no 75º aniversário do ataque.

Morishima afirma pois que a declaração de guerra foi entregue depois do ataque por incúria do conselheiro e primeiro-secretário da embaixada em Washington, que identifica através das iniciais “I” e “O” (respetivamente Sadao Iguchi e Katsuzo Okumura). Reconhece que a sua última diligência junto de Shigeru Yoshida, Ministro dos Negócios Estrangeiros depois da capitulação e seu vice-ministro administrativo

²⁶ O título é citado a p. 107 e 157. Takehiko Yoshihashi, *Conspiracy at Mukden The Rise of the Japanese Military*, Yale University Press, 1963 cita abundantemente o primeiro volume e menciona os nomes dos militares envolvidos e Ian Nish, *Japan's Struggle with Internationalism Japan, China and the League of Nations 1931-33*, Routledge, 1993 p. 24 resume “The military men felt that Morishima was challenging the sacrosanct military doctrine of *dokudan senko*, the army's right of independent decision in an emergency. One of the officers drew his sword on the consul to reinforce the message”. Quanto a 1937, ver https://en.wikipedia.org/wiki/Zhengding_Missionary_Murder

²⁷ PHLT, p. 118 e p. 147 respetivamente.

Shikao Matsushima no sentido de denunciar os dois responsáveis pelo atraso não teve seguimento. A conclusão é amarga: “observando os jovens diplomatas que se bateram pela...condenação dos anglo-saxónicos e as suas declarações após a derrota do Japão, pode dizer-se sem margem para dúvidas que não passaram de uns simples oportunistas sem qualquer convicção”.

Porém, no ano seguinte ao da publicação das memórias, Yoshida (cujo neto, Taro Aso é o atual Ministro das Finanças) assinou o pacto de segurança de San Francisco enquanto Primeiro Ministro e visitou Pearl Harbor em 12 de Setembro de 1951, visita discreta mas reveladora da rapidez com a qual queria virar a página. Mais, o tema da declaração de guerra ainda não está resolvido porque Takeo, filho de “I”, e ele próprio diplomata, encontrou nova documentação mostrando que a Marinha e a Força Aérea japonesa teriam interferido no processo diplomático (PHLT, p. 164)! Conclui que nem por isso “se aplicaram as devidas sanções por esta falha de extrema gravidade”²⁸.

A “maneira imperial” aflora uma quarta vez, quando o autor insinua que a morte do consul Fukui em Macau fez parte do mesmo género de manobras das forças armadas que “lamenta profundamente”. Este último exemplo volta a sugerir a importância da China, visto que Morishima centra a crise diplomática entre o Japão e Portugal nos problemas em torno da administração daquele território, mais do que a de Timor – que o autor nem sonharia viesse a atingir a independência em luta contra a Indonésia!

Dada a saliência do assunto e a abundância das fontes, não resisto a citar um trabalho inédito de Carlos Teixeira da Motta (1941-1984), intitulado “A primeira e segunda invasões de Timor” e dos documentos britânicos que ele organizou, até por terem sido largamente citados²⁹.

²⁸ PHLT, p. 146. Num livro dedicado ao assunto, revisto e traduzido para inglês com o título *Between Incompetence and Culpability Assessing the Diplomacy of Japan's Foreign Ministry from Pearl Harbor to Potsdam*, United Press of America, 1997. Seishiro Sugihara refere essa diligência do autor (p. 100), enuncia os presumíveis culpados e também responsabiliza Yoshida (p. 154). Sobre os novos desenvolvimentos, *The New York Times*, “Pearl Harbor Truly a Sneak Attack, Papers Show”, 09/12/99; *The Japan Times* “Historian seeks to clear embassy of Pearl Harbor ‘sneak attack’ infamy” 09/12/14; *LA Times* “The U.S. military expected a Japanese attack in 1941 - but not in Hawaii”, 18/11/16; *The Japan Times* “Prime Minister Shigeru Yoshida's low-key Pearl Harbor visit in 1951 recounted”, 26/12/16.

²⁹ ver <https://timor2guerramundial.net/bibliografia-e-fontes/> e, em ordem cronológica inversa: António Monteiro Cardoso, *Timor na 2ª Guerra Mundial o Diário do tenente Pires*, CEHC ISCTE 2007 (recensão por Valentim Alexandre, *Análise Social*, XLIII 2008 pp 197-201); Filipe Ramires, *Objectivo: Timor Portugal, Timor e a guerra no Pacífico (1941-1945)*, *Relações Internacionais*, Setembro 2006; Paulo Gorjão, “O Japão e Timor Leste”, *Nação e Defesa*, 2002; Jin Guo Ping Wu Zhiliang, “Terá havido acordos secretos entre Portugal e o Japão durante a Segunda Guerra Mundial? *Administração*, nº 51, 2001. Além do manuscrito sem data cuja p. 30 cito no texto, escreveu *O caso de Timor na II Guerra Mundial (Documentos britânicos)*, Lisboa: Instituto Diplomático do MNE, 1997 e *O ano de 1944 nas relações luso-britânicas*, Arquivo Histórico Diplomático, s.d. são citados em vários trabalhos sobre a diplomacia portuguesa

“Só em 1945, e após termos pretendido tomar parte na guerra ao lado dos Aliados para a recuperação de Timor, é conseguido a 17 de Agosto a concordância do Governo japonês em restaurar a soberania portuguesa na ilha. Ainda há que ultrapassar certas pretensões australianas, que não vêm com bons olhos o retorno de Portugal à sua vizinhança, mas finalmente entre 27 de Setembro e 7 de Outubro desse ano chegam cinco navios portugueses com tropas”. A esse respeito, Morishima adianta como foram resolvidos os detalhes das indemnizações: “enquanto trocávamos opiniões a nível não oficial relativamente à indemnização, inclusive ao montante e à maneira de proceder ao pagamento, a guerra chegou ao fim. No entanto..., o governo português estava inclinado a propor que esta indemnização fosse abatida nas indemnizações devidas pelo Japão a propósito dos actos que os seus militares tinham cometido em Timor” (PHLT, p. 106). Acrescenta que “foi através da complexa rede de comunicações entre Lisboa, Macau, Tóquio e Timor que se tentou estabelecer a comunicação” e que “o confisco de bens foi executado sobretudo por elementos da Embaixada dos EUA e com a máxima precisão” (PHLT, p. 149). Também refere o secretário diplomático Shunichi Kamine que servia de intérprete: “Oliveira Salazar elogiou bastante o seu domínio da língua portuguesa e reconheceu-lhe a sinceridade e o intenso trabalho.” (PHLT, p. 103). O elogio chega ao escudo³⁰.

Conclusão do diplomata português: “É possível que todo o incidente pudesse haver sido evitado e que, se não fosse a precipitação e nervosismo holandês, se tivesse evitado o envolvimento de Timor na guerra, com a consequente perda de vidas e alargamento do teatro de operações aliado...Não as teve (consequências de maior gravidade para o nosso país) devido à prudência dos governos envolvidos e à teimosa preservação da neutralidade portuguesa através de todas as tentações”.

Ainda assim, não se pode ignorar um espírito de solidariedade radicado em saudade e silêncio, as quais propiciam o convívio das duas culturas que se encontraram em 1543 e criaram a comunidade de Nagasaki: sofreu com a unificação política de 1603, mas prosseguiu, nos termos que foram vividamente retratados no romance com esse título, que inspirou um filme japonês em 1971 e americano em 2017, até ao edito de Sakoku em 1635³¹.

durante a II Guerra Mundial (Bernardo Futscher Pereira, Filipe Ribeiro de Menezes, António José Telo, em ordem cronológica inversa) sem enumerar todas as sequelas da biografia que Franco Nogueira publicou entre 1977 e 1985.

³⁰ “A prosperidade de que Portugal hoje usufrui resulta das medidas postas em prática ao longo dos vários anos de governação de Salazar. O povo português reconhece unanimemente o contributo das medidas de austeridade acertadas que impôs ao governar o país, e isto reflecte-se na boa cotação da moeda: o escudo português é reconhecido como moeda saudável a par do dólar dos EUA ou do franco suíço, embora Portugal seja um país pequeno.” (PHLT, p. 110).

³¹ *Diário de Viagem*, cit. passim, Armando Martins Janeira, *Portugal e o Japão* (excertos) s/d e tantos outros, a começar por Charles Boxer, oficial, espião e historiador que meu pai muito

Impressiona a evocação de Takanobu Matsura, senhor de Hirado, que expulsou do seu castelo quatro concubinas que “constantemente se tomavam de ciúmes e brigavam entre si”. No segundo encontro com o padre Rodrigues, o inspetor Inoue compara Matsura ao Japão, especificando que “as mulheres neste caso chamam-se Portugal, Espanha, Holanda e Inglaterra”³².

Silêncio à parte, as memórias do embaixador do Japão em Lisboa, chegado de New York, onde foi preso depois do ataque a Pearl Harbor, num navio sueco, via Lourenço Marques, podem transformar-se em narrativa tonitruante, sendo *espião elogia ditador a troco de colónias* apenas um afloramento bem pensante do repúdio por uma sociedade onde “o sabre é quem mais ordena”. Nesse contexto, abordo a descolonização, quase consumada quando o autor morreu, sem porém bosquejar trabalhos referentes às dimensões ibérica, europeia e atlântica da nossa política externa nem recordar a minha própria tentativa de assentar uma ideia portuguesa da globalização nas pertenças europeia e lusofóna dos cidadãos³³.

Consciente das constantes e linhas de força da história diplomática a que quase todas as nações devem obedecer, para sobreviver enquanto entidades políticas, o autor adverte logo no prefácio para “o risco de a nossa pátria perder a independência e, por conseguinte, de desaparecer”; confessa ficar “grato pela oportunidade que esta derrota de hoje pode representar para o renascimento da nossa nação”. Insiste que, na era Meiji, “a diplomacia tinha um objectivo claro e uma linha de orientação central

apreciava e sobre o qual vale a pena ler “The C.R. Boxer Affaire: Heroes, Traitors, and the Manchester Guardian” por Kenneth Maxwell, Council on Foreign Relations, 16 Março 2001. Esclareça-se que, a par do capitão da viagem ao Japão, o bispo foi o primeiro cargo de nomeação régia em Macau, uma localização ultraperiférica em relação ao Estado da Índia e nos antípodas de Lisboa, como lembra Kevin Carreira Soares na sua tese de mestrado, *Os Bispos de Macau (1576-1782)*, Ulisboa, 2015, p. 6 acrescentando que a viagem de ida e volta a partir de Goa levava cerca de dois 2 anos, pois era necessário esperar em Macau pela monção de sudoeste para partir para o Japão”, *ibid.* P. 16 nota 25. Ver ainda João Paulo Oliveira e Costa, “Em torno da criação do Bispado do Japão” em *O Japão e o Cristianismo no século XVI. Ensaio de História Luso-Nipónica*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999, p. 129-157 e - “A route under pressure. Communication between Nagasaki and Macao (1597-1617)”. *Bulletin of Portuguese - Japanese Studies*. Nº 1, [2000], p. 75-95. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=36100105>.

³² Shusaku Endo, *Silence*, tradução de William Johnston, New York, 1969, p. 186. Note-se que Morishima equipara saudades a afecto, referindo explicitamente a sua falta por parte dos alemães ou italianos residentes nos EUA relativamente a “países sob regimes autoritários como a Alemanha nazi ou a Itália fascista de Mussolini” (PHLT, p. 83).

³³ Em “Estruturas, Alianças e Regimes. As Relações entre Portugal e a Espanha (1926-1974)”, *População e Sociedade*, 2010 (disponível em cepesepublicacoes.pt), Carlos Gaspar aborda as três dimensões de modo mais sistemático do que os autores citados na nota 11 acima. Dado partilhar com Morishima o gosto pela ironia, talvez possa citá-lo: “no que respeita às posições e políticas perante a guerra, notaram-se divergências fundamentais entre as duas nações que resultaram das diferenças entre o carácter pessoal e a visão do mundo de Salazar, um político com convicção, e os de Franco, um oportunista” (PHLT, p. 115).

e coerente: protecção da nação e revisão dos tratados de modo a garantir uma posição internacional digna” (PHLT, p. 157). E explicita: “Li recentemente as memórias escritas por Soemu Toyoda, antigo almirante da Marinha Imperial Japonesa, cujo título é *A História por trás da História da Conferência Imperial que Conduziu a uma Avaliação Errada* e encontrei uma passagem a propósito das manobras em relação à União Soviética: ‘Parece-me que o ministro dos Negócios Estrangeiros Togo considerou a necessidade de mudar de política drasticamente de modo a recuar ao estado antes da Guerra Russo-Japonesa...’ Encontrei algum consolo nestas palavras, pois senti que as minhas opiniões e súplicas não tinham sido totalmente em vão” (PHLT, p. 125). Uns anos antes de ser eleito pelo Partido Socialista escreve: “Ainda hoje consigo lembrar-me da imagem de Salazar, que enfrentou e lidou de maneira inteligente com a questão das relações muito sensíveis com o Japão. Sempre que recordo a época em que estive em Portugal, não consigo deixar de pensar que se tivéssemos tido pelo menos um político assim como ele, bastava um só, o nosso país teria avançado noutro sentido e não sofreria a triste sorte que está actualmente a atravessar” (p. 101)³⁴.

Ou seja, iniciado o primeiro processo de desenvolvimento económico sustentado fora do Atlântico norte, vencida a Rússia, a expansão militar na Ásia Oriental terminou na capitulação mas o Japão aderiu à OCDE, é fundador do G7 e líder mundial em longevidade, urbanização, produtividade, segurança e sustentabilidade. Terceira maior economia nacional do planeta (com cerca de um quarto do produto interno bruto americano e metade do chinês expressos em dólares), motor do desenvolvimento económico na Ásia Pacífico, o Japão, a par da Coreia e da China, colabora intensamente em grupos regionais como a Iniciativa Multilateral de Chiang Mei. Dito isto, é o único membro que ainda não organizou uma cimeira do G20, no qual a atual presidência alemã sucedeu à chinesa, a qual sucedera à Turquia.

Mesmo sem adivinhar que Timor lutaria pela independência contra a Indonésia, Morishima também apreciaria a projeção asiática da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, cuja cimeira de Dili, em 2014, acolheu como observadores Japão, Turquia, Geórgia e Namíbia, ou seja mais dois membros do G20. Também no grupo dos BRICS imperam três grandes potências asiáticas, o membro capital da CPLP e da África austral onde se encontram outras duas capitais da CPLP, Luanda e Maputo, fazendo sentido falar de lusofonia global. Assim, ao enquadrar as comemorações do 125º aniversário do IICT salientando iniciativas no Arquivo História Ultramarino como “o seminário de Jay Levenson, autor de *Encompassing the Globe: Portugal and the World in the XVIth and XVIIth Centuries*, apresentou um resumo da notável exposição que, da Smithsonian Institution em Washington ao Palais des Beaux Arts em Bruxelas deu a

³⁴ Ver outros comentários na nota 12 acima.

conhecer a ‘primeira globalização’ bem como as consequências da crise financeira global e sua interação com a do petróleo e dos alimentos³⁵.

Meu pai, aliás, também se insurgiu contra o sabre à portuguesa: “A sociedade tinha mudado. O método revolucionário deixara de servir. O aviso português será percebido em toda a sua profundidade, doze anos depois, na Europa Oriental. (...) Afinal, tal como o 28 de Maio, o 25 de Abril também foi um movimento militar. A experiência política vinha de antes e afirmou-se depois. A arma militar é um instrumento, não é a essência do político.”³⁶

Será que as políticas externas de “bons alunos” da ONU, atualmente dirigida por um signatário do tratado da CPLP, poderão animar esta a oriente e a ocidente, impedindo o desânimo de nações amigas e suas populações? Este signatário do tratado da União Europeia pensa que sim.

Praia das Mações, Domingo de Ramos de 2017

³⁵ Ver em particular a “Nota Prévia” (pp. 11-18) de *Futuro e História da Lusofonia Global*, IICT, 2008, organizado pelo malogrado Miguel Jasmins Rodrigues (1948- 2016) e o “Prefácio” de Lauro Moreira, então Embaixador do Brasil junto da CPLP, que historia admiravelmente o contributo do seu país desde a invenção pelo “Seu Cabral” (pp. 19-33) e 24 intervenções de historiadores do IICT, muitos dos quais foram integrados na Faculdade de Letras da ULisboa em Julho de 2015. Podem ainda citar-se “China, Japão e lusofonia, ou a memória longa dos mercados financeiros” (pp. 179-80) que expande um artigo que publiquei no *Diário de Notícias* de 26/02/07 por aludir à constituição de uma comissão sino-japonesa de historiadores na primeira cimeira entre os dois países desde 2001 seguindo o exemplo do manual franco-alemão de história analisado por José Pedro Marques (pp. 167-69) e por mim próprio num artigo intitulado “Quem tem medo da história lusófona?”. Ver ainda “Lisbon meetings and global lusophonia rising, 25 years of Cooperation among Central Banks, Banco de Portugal, 2015, pp. 82-84 e o anúncio para o fim deste ano da exposição *Senhores do Oceano Tesouros do Império Português dos Séculos XVI-XVIII* estará patente em Moscovo: <http://www.kreml.ru/en-US/exhibitions/moscow-kremlin-exhibitions/vladyki-okeana-sokrovishcha-portugalskoy-imperii-xvi-xviii-vv/>.

³⁶ “A Experiência Histórica Contemporânea”, 1994, reeditado em *Jorge Borges de Macedo Saber Continuar*, Instituto Diplomático, 2005, p. 76-7. Meu pai usava o exemplo do desenvolvimento económico nas suas aulas desde a década de 1960 e sabia que a minha curiosidade pela cultura nipónica começara na meninice. Quando Morishima foi eleito para a Dieta, Shunji, filho do Embaixador Sonoyama, era meu companheiro de carteira no recém inaugurado liceu francês de Lisboa. Embora o tenha perdido de vista, soube pela minha nora que os pais dele vinham de Kamakura onde também vivem os pais dela. Mais, o bisavô materno estudou religião em Yale, onde eu próprio viria a aprender história económica japonesa com Hugh Patrick, atualmente professor em Columbia. A referência a Yale consta dos seus trabalhos publicados para circulação privada em 1971 pelo seu filho Ken, citados por Masao Ota e Georges M. Oshiro, “Mediator Between Cultures : Tasuku Harada and Hawaiian Japanese Intercultural Relations in the 1920s”, *The Hawaiian Journal of History*, vol 33, 1999, pp. 171-201 (respetivamente p. 502 e 174). Por fim, quando Morishima estava em Lisboa, Harada foi encarregado de negócios em Vichy e primeiro embaixador na Santa Sé [https://en.wikipedia.org/wiki/Ken_Harada_\(diplomat\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Ken_Harada_(diplomat)), quase de certeza se conheciam!

INOVA



Nova School of Business and Economics

Faculdade de Economia
Universidade Nova de Lisboa
Campus de Campolide
1099-032 Lisboa PORTUGAL
Tel.: +351 213 801 600

www.novasbe.pt